

é lícito privar do direito de defesa, não é lícito matar, não é lícito violar as consciências, não é lícito, enfim, exercer ditadura sobre todo um povo e oprimi-lo sob todas as formas.

O aviltamento da pessoa humana e a violência institucionalizada é crime contra a humanidade e pecado contra Deus. O poder necrófilo da dominação é antítese da vontade explícita do Criador, do sentido da Aliança de Deus com a humanidade, do Evangelho de Jesus, da missão de Cristo, da promessa do Reino, do poder da Ressurreição. Quando se manifesta a *anti-vida* (ou o anti-Cristo) pela total ausência do respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, torna-se, também, indispensável a percepção da existência do pecado que possibilita um julgamento agudo da situação. Os que adoram os ídolos do poder e do dinheiro não se detêm ante o ser humano. Blasfemam contra Deus e destroem sua imagem mais querida que é o homem¹⁰.

A negação do humano anuncia a contrapartida dialética de que não há nada superior ao homem e de que tudo na sociedade há de ser

subordinado ao bem da pessoa (GS 26). A pessoa humana deve ser princípio, sujeito e fim de todas as instituições (GS 25).

A doutrina cristã dos valores da pessoa humana reconhece e reafirma os direitos dos pobres e oprimidos em relação ao Absoluto que é Deus. O bem, a justiça, a verdade, a dignidade requerem uma referência absoluta. O mal, a injustiça, a opressão, as formas de morte não podem ser incidentes na história, mas vivenciados como pecado. É a partir de Deus que se condena o mal. A opressão e a dominação seriam males absolutos se não houvesse Deus, que é o Absoluto por excelência, para condená-los. O sistema de dominação, ao absolutizar-se, torna-se ídolo, ocupando o lugar de Deus, fazendo de suas ações *atos legais*, porém, moralmente maus.

Côn. Dr. José Adriano é Doutor em Teologia Moral e Diretor da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.
End.: Av. Nazaré, 993
04263-100 São Paulo - SP

FRATERNIDADE E POLÍTICA

Pe. Mário Menin SX

OLHANDO PARA A "DIMENSÃO POLÍTICA"

Depois das Campanhas da Fraternidade voltadas para a realidade social e existencial do povo brasileiro (1973-1995), neste ano pela primeira vez, a Campanha da Fraternidade tem como tema a política. É um claro apelo aos católicos e a todos os homens e mulheres de boa vontade para participarem ativamente da política reabilitando a tão controversa "dimensão política" da existência humana e cristã, se preparando assim melhor para as eleições municipais de outubro.

CRISE DA "POLÍTICA"

A defasagem crescente entre cidadãos e instituições colocou em cheque as relações de confiança que fundamentam qualquer convivência social. As políticas finalizadas somente ao consenso e a um paralizante equilíbrio entre as partes e os interesses acabam gerando políticas de lobbies que carregam interesses fortes e lógicas clientelistas. Também por isso,

embora não só por isso, a "dimensão política" sofre hoje uma grande crise, pelo menos no mundo ocidental, a ponto de um filósofo e político italiano Massimo Cacciari, atualmente prefeito da cidade de Veneza (Itália), dizer: "Quão pouco se diz, quando se fala *politicamente*"¹. Hoje, depois do fim das ditaduras na América Latina e Caribe e dos regimes comunistas na Europa Oriental, se fala mais em mercado, globalização da economia, etc. A política perdeu inspiração, soberania, utopia. A economia está engolindo a política e o projeto político está sendo forjado pelo projeto econômico neoliberal.

AS RAZÕES DE UMA ESCOLHA

Por que então a Igreja no Brasil escolheu este tema tão complexo e polêmico para a Campanha da Fraternidade de 1996?

Primeiramente, porque a política é uma dimensão essencial, necessária da História humana, sendo ela a responsável pela realização ou o fracasso das instâncias das demais di-

10. Cf. Staurus, *Carta aos irmãos que sofrem*, REB nº 44, Fasc. 173 (março/1984) p. 152

1. Reflexão feita na ocasião de um encontro com a ATI (Associação Teológica Italiana), em M. MENIN, *Corso di Antropologia Teologica*, vol. 1, mimeo., Istituto Teologico Saveriano, Parma 1982.

mensões da existência: econômica, psico-sexual, social, cultural, ecológica e religiosa. A política é chamada hoje a ser a dimensão do projeto global: o exercício pessoal do poder deve traduzir-se num serviço que tenciona a dar visibilidade e concretude a um sistema de valores compartilhados, a uma afirmação plena dos direitos sociais e da cidadania. Vai nesta direção a justificção da CNBB em todos os seus documentos após o Vaticano II: "A Igreja não pode ignorar a política, não apenas enquanto instrumento necessário de organização da vida social, mas sobretudo enquanto expressão de opções e valores que definem os destinos do povo e a concepção do homem"².

Mas a razão mais profunda desta escolha da Igreja decorre, sem sombra de dúvida, da consciência evangélica de sua missão. De fato, nós, os cristãos, somos seguidores da Palavra feita Humanidade, somos discípulos e discípulas de um mestre, Jesus Cristo, assassinado pela sua prática histórica a favor da vida dos pobres e excluídos³. O Reino de Deus proclamado por Jesus de Nazaré nos compromete a encarnar o último no penúltimo (alguém diria: o pós-político no político), a antecipar o céu na ter-

ra e a não esperar a terra no céu: "Já temos terra no céu, queremos terra na terra" (Dom Pedro Casaldáliga).

Seja bem-vinda, então, esta Campanha da Fraternidade de 1996 sobre política, apesar das reações diversas que esta palavra desperta normalmente nas pessoas. De fato, não são poucos aqueles que enxergam apenas o sentido mais negativo de política: sujeira, corrupção, politicagem, manipulação do dinheiro público em prol de minorias privilegiadas, etc. Mas o cristão não pode ficar à margem da sociedade, endemoninhando a política simplesmente. A Igreja e os cristãos são chamados todo dia a redescobrir a Humanidade como História de Deus e a si mesmos como parte integrante desta História, que ainda não acabou.

A NOSSA VOCAÇÃO "POLÍTICA"

Todos nós cristãos recebemos uma vocação "política": encarnar na história o Reino de Deus, sem fanatismos, sem fundamentalismos, mas como fragmentos de um verdadeiro começo, "já e ainda não". E o primeiro lugar onde se realiza a salvação ou a perdição é o que denominamos como *história profana*. Por isso, os cristãos não podem dar as demissões da

história e fugir do mundo, porque o fundamento primeiro de toda realidade salvífica é o próprio mundo e a história dos seres humanos. Daí o lema de Edward Schillebeeckx: "Extra mundum nulla salus" (Fora do mundo não há salvação)⁴. Não podem os cristãos ficar acima das partes, renunciando ao seu papel e à sua responsabilidade de mulheres e homens, de cidadãos solidários. Não podem ficar no camarote olhando a História desfilar na passarela política: têm que ser a voz dos sem voz e dar visibilidade aos excluídos na e da política "entrando na dança" sem complexos de superioridade escatológica (a História já acabou com Jesus Cristo).

Após trinta anos da celebração do Vaticano II, temos que reconhecer que este foi de verdade o Concílio da reconciliação com a história, o Concílio da amizade e da partilha para com a história humana⁵, o Concílio de uma nova abordagem da dimensão política em si mesma e com relação à nossa opção de fé. As Conferências Latino-Americanas de Medellín (1968)

e Puebla (1979) traduziram tudo isso na "opção preferencial pelos pobres", como exigência cristã da Ordem Política e Democrática. A reconciliação com a história do Vaticano II se torna aqui, na América Latina e no Brasil, a reconciliação com os pobres e a solidariedade com os excluídos, através da opção não opcional pelos pobres, sendo eles o único sacramento absolutamente universal e absolutamente necessário para a nossa salvação⁶, os nossos "vigários de Cristo" na terra. De fato, antes que os bispos de Roma o reservassem exclusivamente para si, o título de "vigários de Cristo" fôra atribuído aos pobres pela grande tradição cristã⁷. Isso virou um tema central na história da Igreja e na teologia latino-americana, sobretudo a partir de Medellín.

PARA UMA POLÍTICA MAIS FRATERNA

Medellín e Puebla nos deram olhos novos para enxergar a realidade do mundo dos pobres e excluídos: os cristãos seriam condenados à cumplicidade e à irrelevância se não levassem a sério

2. Igreja, Comunhão e Missão na Evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura, Doc. 40 da CNBB, Paulinas 1988, n. 185.

3. Cf. Lc 4,18; Mt 5,1-12; Mt 25,31-46.

4. Cf. *História humana: Revelação de Deus*, Paulus 1994, p. 21.

5. Cf. G. ALBERIGO, *Il Vaticano II e la sua eredità*, in "Il Regno Doc" 17/1995, p. 581.

6. Cf. J. PIXLEY e Cl. BOFF, *Opção pelos pobres*, Vozes 1987, p.131ss.

7. Cf. J. I. GONZÁLEZ FAUS, *Vicari di Cristo. I poveri nella teologia e nella spiritualità cristiane. Antologia commentata*, EDB, Bologna 1995.

os pobres e excluídos. De fato, estamos lidando com a vida como dom de Deus: "A glória de Deus é a vida do pobre" (Dom Oscar Romero). Da lógica da opressão e da exclusão, a política é chamada a se converter à lógica da libertação e integração; em outras palavras, à lógica da fraternidade universal. Mas, a conversão à fraternidade não é dado congênito do ser humano, e paradoxalmente nem do ser cristão: é sim um processo exigente e sempre inconcluso.

E então o que fazer? Como integrar concretamente fraternidade e política?

1. O Reino de Deus em primeiro lugar. Não se preocupar em primeiro lugar com a Igreja, mas com o Evangelho e com o Reino de Deus, como instâncias primárias e últimas da Igreja. Daí vem a inspiração para realizar a presença dos cristãos na sociedade e o compromisso de não consagrar nada como absolutamente inquestionável enquanto figuras ou formas históricas. Por isso é difícil admitir a existência do *partido de Deus*, do *movimento de Deus*, só para garantir a liberdade e o futuro da Igreja. A nossa preocupação deve ser com a libertação das pessoas e com o futuro da democracia.

2. Ambigüidade da pós-modernidade neo-liberal. Embora reconhecendo os valores da modernidade e pós-modernidade, é preciso ter consciência da fragili-

dade e ambigüidade do neo-liberalismo, denunciando a eficiência ou a competitividade que massacraram a solidariedade e os direitos dos pobres e excluídos. Denunciar também a política-espetáculo, que transforma os candidatos em personagens vencedores, que querem governar sem programas sérios, críveis, populares, mas na base de promessas populistas e perspectivas genéricas. É sempre mais evidente a conexão de poder entre informação-política-consenso, com os riscos de manipulação e também com o perigo de transformar o cidadão em mero "espectador". Como controlar democraticamente as grandes redes de televisão, as cadeias de jornais? Como tirar o bem-informação das simples regras do mercado?

3. Solidariedade como partilha dos bens econômicos. Os povos indígenas da América Latina nos ensinam a partilha na economia, a instância da comunhão e da festa. Como orientar uma nação do tamanho do Brasil para a inclusão dos pobres e excluídos na sociedade? Talvez multiplicando os lugares de solidariedade, como fragmentos de uma nova sociedade, tentando derrubar o muro da separação social, cultural, econômica e política entre os cidadãos. Como traduzir a solidariedade politicamente? Como conciliar mercado e justiça social. Como construir novas "sínteses" entre experiência

e reflexão, assumindo o difícil papel de sujeito político "de baixo" para cima e não viceversa? Como buscar uma estratégia cultural e política de solidariedade, como minoria que tece alianças na sociedade civil e realiza um diálogo maduro com o mundo da política?

4. Entre a fuga da política e do integralismo. Se conscientizarmos-nos de que, nós cristãos, não somos uma realidade à margem da sociedade e que a militância política e o exercício de cargos públicos são necessários para que a solidariedade seja transformada num projeto de sociedade "onde caibam todos"⁸. O risco, às vezes, é de querer traduzir imediatamente na dimensão política os valores humanos e cristãos como tais. Daí decorre o perigo do integralismo (neo-cristandade, de direita ou de esquerda), do fundamentalismo ou do esquecimento dos valores da solidariedade em nome do realismo pragmatista.

5. Mediação ética. Não é suficiente denunciar, mas é preciso buscar soluções que levem em consideração também posições diversas. Governar uma cidade, uma nação não é a mesma coisa que administrar a vida de uma diocese ou de uma Igreja. (Governar uma

cidade é mais complexo do que governar uma Igreja ou Comunidade cristã). Daí o valor da mediação ética como compromisso e missão dos cristãos em política, oferecendo elementos para "um novo exercício da política a partir do pobre e excluído"⁹. Uma tentativa bastante comum nos cristãos é de exigir o máximo, correndo o risco de deixar regredir a situação até níveis insustentáveis. Por isso é importante proporcionar momentos de diálogo, fóruns de debate, para apresentar as razões das próprias opções políticas e favorecer momentos de discernimento dos critérios políticos: inclusão das "massas sobrantes", os pobres sempre mais sujeitos da política, supremacia da vida e dignidade humana, cidadania ativa de todos, etc. A política convoca os cristãos à tolerância, à sobriedade nas palavras e nos gestos, à espera paciente, embora passando por momentos de "intolerância", denúncia e indignação ética. Os cristãos têm que voltar à política como construção do bem comum, numa sociedade pluralista, buscando o que une na diversidade. A espiritualidade da política é necessariamente uma espiritualidade ecumênica.

6. A "memória perigosa" da santidade política. Valorizar a

8. H. ASSMANN, *Por uma sociedade onde caibam todos*, em *Vida Pastoral*, janeiro-fevereiro de 1996, p. 19.

9. II objetivo específico da CF/96, em *Texto-base*, n. 8, p. 8.

Palavra de Deus viva no testemunho dos mártires da caminhada e militância política na América Latina e no Mundo. Levar a sério a "memória perigosa" da santidade política dos mártires da terra, da justiça e da paz, cristãos e não-cristãos. Gostaria de lembrar, entre tantos testemunhos, do Pe. Josimo Morais Tavares, assassinado em 10.05.1986 na cidade de Imperatriz/MA, com um tiro pelas costas, por defender a causa dos sem-terra e da Reforma Agrária¹⁰. Fora da América Latina, vale mencionar, entre tantos, os mártires da reconciliação na terra africana do Burundi: a missionária leiga Katina Gubert, os Padres Xaverianos Ottorino Maule e Aldo Marchiol. Os três foram assassinados em 30 de setembro de 1995¹¹. Os mártires invertem com seu próprio sangue a antiga prática de guerras fratricidas registrada no ditado atribuído a Hobbes "Homo homini lupus" (O homem é lobo para outro homem) e nos gritam, assim como Jesus de Nazaré do alto da cruz: "Homo homini frater" (O homem é irmão para outro homem). O martírio se transforma assim numa fonte de grande renovação espiri-

tual da política: para uma política mais fraterna.

7. Valorizar os leigos militantes. "Compete aos leigos assumir, como tarefa própria, a instauração da ordem temporal, e nela agir de modo direto e concreto guiados pela luz do Evangelho"¹². Por isso é importante valorizar e apoiar de verdade os leigos engajados na política, respeitando sua liberdade e se preocupando em proporcionar-lhes acompanhamento formativo e espiritual adequado. Muitos cristãos que se elegem para funções no poder executivo ou legislativo e outros que assumem cargos públicos ou sindicatos se queixam de que não são mais aceitos pela comunidade de origem ou não conseguem mais se entrosar com ela, diante dos apelos mais globais a que são chamados a atender. Para estes cristãos, seria importante oferecer um espaço especial para reflexão e celebração"¹³.

Pe. Mário Menin SX é Mestre em Teologia Dogmática na PUG de Roma, Prof. de Teologia Sistemática no ITESP/SP, e coordenador da área Pastoral do Heliópolis. End.: Cx. P. 42689 04299-970 São Paulo/SP

10. Cf. B. FERRARO, *Cristologia em tempos de ídolos e sacrifícios*, Paulus 1993, p.50-51.

11. Gostaria de registrar aqui as frases que os três escreveram em ocasiões diferentes e que viraram quase o testamento espiritual deles: "Decidimos ficar com vocês"(Pe. Ottorino Maule em resposta a uma criança burundês); "Calar-se, é um suicídio" (Pe. Aldo Marchiol numa carta ao Superior Geral); "Se eu morrer, me deixem lá em baixo" (Katina Gubert numa carta ao irmão)".

12. *Por uma Nova Ordem Constitucional*, Doc. 36 da CNBB, n. 5, Paulinas 1986.

13. CF/96, *Texto-base*, n. 212, p. 76.

SOBRE O TERMO PERICÓRESE

Maria Freire da Silva

PRINCÍPIO E EVOLUÇÃO

Na longa busca para se chegar ao termo "Pericórese", como aquele que melhor define a comunhão e a interpenetração de vida na comunidade trinitária, houve muitas variações e más interpretações, até mesmo alheias à Teologia. Vejamos como foi essa luta de palavras: no século III, os gregos usavam a palavra "prósopon" para significar o que em Deus é três: Pai e Filho e Espírito Santo, diferentes, concretos e objetivos. O Deus dos cristãos são três "prósopa". Tertuliano traduz "prósopon" para o termo latino "persona". Com isso quer dizer que, em Deus, há três realidades concretas, distintas, objetivas: Pai, Filho e Espírito Santo; três individualidades objetivas!

No final do século III, os gregos tiveram que abandonar o termo "prósopon" porque este passou a ser usado pelos modalistas, ou seja, por aqueles que afirmavam que Deus, um e único, se manifestou mediante três pseudônimos, caras ou máscaras: enquanto Filho e enquanto Espírito Santo.

Para evitar que essa forma desse margem a ambigüidades e à heresia, destruindo, assim, a compreensão trinitária, os gregos substituíram "prósopon" por "hipóstasis", pois este termo, além de expressar a unidade em Deus, podia significar também uma realidade objetiva e "subsistente" em oposição a uma realidade inconsistente.

Orígenes é quem emprega, pela primeira vez, a palavra "hipóstasis" para expressar as três Pessoas da Trindade². No século IV, com os Padres capadócijs, se desenvolve melhor a reflexão sobre as relações entre as três Pessoas divinas. Conforme J. L. Prestige, esse padre "se viram obrigados a fazer uma autodefesa da acusação do Triteísmo que pesava sobre eles"³. Trata-se de três grandes teólogos da Capadócia (Ásia Menor): São Basílio Magno (330-379), seu irmão de sangue, Gregório de Nissa (+349) e o amigo deles, Gregório Nazianzeno (329-390)⁴.

O contexto teológico no qual estavam inseridos era formado de idéias confusas no que se referia à Trindade. De um lado, o sabelia-

1 Cf Leonardo BOFF, *A trindade e a sociedade*, p. 82

2 Ibidem, p. 84

3 G. L. PRESTIGE, *Dios en el Pensamiento de los padres*, p. 281

4 Leonardo BOFF, *A trindade e a sociedade*, op cit, p. 75